



Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE

Teacher's work in pandemic times: the reality experienced by teachers and school management teams of teaching institutions in the metropolitan region of Fortaleza/CE

Travail des professeurs en temps de pandémie: La réalité vécue par les professeurs et les équipes administratives des Institutions d'enseignement de la région métropolitaine de Fortaleza/CE

Clarice Zientarski¹
Universidade Federal do Ceará

Elisângela Maria Oliveira Sousa²
Universidade Federal do Ceará

Ivan Carlos Costa Martins³
Universidade Federal do Ceará

Resumo: Considerando os desafios e impactos impostos pela pandemia do novo coronavírus no trabalho docente, professores(as) dos sistemas público e privado de ensino levantaram problemáticas aqui apresentadas. Um total de 323 entre docentes e gestores do estado do Ceará participaram de pesquisa realizada virtualmente no segundo semestre de 2020 por meio de um questionário. O estudo teve caráter bibliográfico, com abordagem quali-quantitativa e como teoria do conhecimento se fundamentou no materialismo histórico-dialético. Conclui-se que há o aumento do tempo de trabalho, acúmulo/sobrecarga de atividades, capacitação insuficiente e transformação da moradia em sala de aula. O novo contexto escolar intensificou a precarização do trabalho e o avanço de propostas neoliberais, sobretudo, aprendizagem à distância e flexibilização curricular.

Palavras-chave: Pandemia. Educação. Professores(as).

Abstract: The challenges and impacts imposed by the new coronavirus pandemic in the teaching work caused the problems here presented. These issues were raised by teachers, from public and private education systems, who participated in a survey carried out virtually in the second half of 2020. The questionnaire was responded by 323 educators from Ceará. The study had a bibliographic character, with a quali-quantitative approach and it was based on historical-dialectical materialism as a theory of knowledge. It was concluded that there is the increase in working time, accumulation/overload of activities, insufficient training and home transformation

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pós-doutorado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail:* claricezientarski@yahoo.com.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/467355394111789>. *ORCID:* <http://orcid.org/0000-0002-8453-5429>.

² Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista FUNCAP/CE. *E-mail:* eoliveirasousa18@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/4625233696764159>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-3192-4770>.

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista CAPES. *E-mail:* ivan8martins@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6365815883465985>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-2506-1857>.

into a classroom. The new school context intensified the precariousness of work and the advance of neoliberal proposals, above all, remote learning and curriculum flexibility.

Keywords: Pandemic. Education. Teachers.

Résumé: Cet article présente des problématiques soulevées par des enseignants des systèmes éducatifs publics et privés qui ont participé à une enquête réalisée virtuellement au second semestre 2020. Le questionnaire a été répondu par 323 enseignants de l'Etat du Ceará face aux défis et impacts qui leur ont été imposés par le nouveau Coronavirus. Cette étude consiste d'une recherche bibliographique, avec une approche quantitative et qualitative et en tant que théorie de la connaissance, elle a été fondée sur le matérialisme historique et dialectique. En conclusion, l'étude menée démontre l'augmentation du temps des activités professionnelles, une surcharge de travail, formation interne insuffisante et à la transformation du logement en salle de classe. Le nouveau contexte scolaire a intensifié la précarité du travail et l'avancée des propositions néolibérales, surtout l'enseignement à distance et la flexibilisation des programmes scolaires.

Mots-Clés: Pandémie. Éducation. Enseignants.

Recebido em: 04 de julho de 2021

Aceito em: 20 de setembro de 2021

Introdução

O presente trabalho é orientado por duas considerações preliminares: a primeira é que o Capitalismo vive sua crise mais aguda e estrutural a qual afeta a totalidade do complexo social (MÉSZÁROS, 2011a, pp. 796-797). Trata-se, então, de uma crise que se dá na própria essência do Capital, em seus mecanismos de produção e reprodução social. Tendo em vista a segunda consideração, adiciona-se – intrinsecamente – a esse colapso o vírus Sars-CoV2, declarado pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ele vem se alastrando e provocando uma série de mudanças nas esferas mais básicas de sociabilidade como nos planos social e psíquico; nas ações governamentais e na economia global. É nesse contexto que se verifica o maior controle das populações com desdobramentos jamais vistos na vida das pessoas, a médio e curto prazo, de um lado, e, nos efeitos de longo prazo da deflação psíquica sobre a estagnação econômica, e vice-versa (AGAMBEN; ŽIŽEK, 2020, pp. 44-45). No âmbito governamental, este controle foi posto em prática através das medidas de isolamento e de restrição social aplicadas por estados e municípios brasileiros.

No estado do Ceará, o decreto estadual N° 33.510, de 16 de março de 2020, instituiu a emergência em virtude do novo coronavírus, mediante adoção de uma série de medidas do poder público para a contenção da infecção humana pela Covid-19. Em termos

gerais, o decreto autorizou a aquisição de bens e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) para viabilização dos procedimentos de saúde; obrigou as unidades ambulatoriais, hospitalares e laboratoriais - públicas e privadas - a comunicar à Secretaria Estadual de Saúde (SESA-CE) os resultados de exames positivados de contaminação pela Covid-19 (RT-PCR, protocolo de Charité). Além disso, suspendeu shows e eventos esportivos (com público superior a cem pessoas); fechou cinemas, teatros, bibliotecas, centros culturais, igrejas e templos religiosos e cancelou a visitação às unidades prisionais ou de internação no sistema socioeducativo estadual (CE, 2020).

No campo educacional, todas as atividades presenciais em escolas, universidades e faculdades das redes de ensino público e do setor privado foram canceladas a partir de 17 de março de 2020. Contudo, coube às instituições de ensino promoverem, durante o período de suspensão, atividades de natureza remota, desde que viáveis operacionalmente. Previu-se, ademais, que o período equivalente à suspensão das aulas presenciais poderia ser considerado recesso ou férias escolares; os ajustes do calendário escolar do ano letivo de 2020 seriam, posteriormente, elaborados pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-CE); e, finalmente, os servidores públicos estaduais com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos foram autorizados, excepcionalmente, a permanecer em suas residências para o desempenho remoto de suas funções.

A fim de compreender as implicações desse contexto, tomou-se, como primeiro esforço, realizar um levantamento bibliográfico sobre o trabalho docente no Brasil. Com isso, sobressaíram-se pesquisadores, como: Kuenzer e Caldas (2009), Oliveira (2020), Oliveira e Duarte (2011), Evangelista e Shiroma (2015), Evangelista (2015), entre outros que defendem a centralidade desta categoria como sendo indispensável à análise do trabalho realizado pelos(as) docentes em todo o País. Além disso, denunciam a precarização e a intensificação da jornada de trabalho; a desvalorização e o redirecionamento do trabalho dos docentes e a tensão criada pela busca de resultados.

Para uma reflexão mais aprofundada, recorreu-se ao enfoque do materialismo histórico-dialético, pois - ao relacionar a prática social docente às circunstâncias materiais e objetivas da realidade que a influenciam direta ou indiretamente - torna-se possível compreender que as contradições do tempo presente e o que é esperado da educação, durante e no pós-pandemia, escondem novas manifestações da corrosão e da erosão da docência. Dessa forma, tem-se como resultado uma combinação mais cruel: subjugação às tecnologias digitais (dispositivos variados como: computadores, *tablets* e celulares); expropriação (saberes, linguagens e autonomia) e precarização (MÉSZÁROS, 2011b, p. 11).

Sob esse prisma, salienta-se que o destaque dado à Covid-19 e às suas consequências, se faz necessário em vista da primeira conjectura apresentada no início deste texto, e dos desdobramentos desta perspectiva analítica de que a pandemia, com as proporções que atingiu, é resultado do atual modelo social e historicamente construído, o Capitalismo. Ela não é fruto de um nada, não é um acidente sanitário, é consequência de uma forma extrativista e predatória da relação homem-natureza. Como afirma Mészáros, “O Capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (2011a, p. 800). O Capital que a tudo e a todos submete tem como objetivo garantir as taxas de lucro. É com a intenção de assegurar o acúmulo de riqueza que toda engrenagem do Capitalismo funciona. Há, portanto, uma pressuposição que orienta a análise dos dados desta pesquisa: a pandemia, de alcance global, emerge no decorrer de uma crise do Capital, como resultado desta mesma crise.

As crises reforçam-se reciprocamente, todavia a dimensão, a ponderação e as interligações das crises bancária, de finanças públicas e da “economia real”, variam de país para país (STREECK, 2013). Portanto, vivemos e convivemos em tempos caracterizados por uma deletéria crise sistêmica do Capital, especialmente por apresentar em suas configurações dois componentes vitais: a subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital em direção à sua maior precarização; e a destruição da natureza (MÉSZÁROS, 2011b, 2012). A compreensão dessa conjuntura se tornou estratégica em vistas das políticas neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016), especificamente, em relação ao trabalho docente.

Uma pane, de certo modo, se abateu sobre toda a categoria de profissionais da educação e, em especial, sobre o(a) professor(a), justamente por este(a) não trabalhar no vazio, mas sim na relação e interação constante com os alunos. Esta conexão, por sua vez, é uma parte significativa nos processos formais de ensino-aprendizagem e, em função dessa importância, de forma alguma pode ser preterida em qualquer análise que se faça sobre a educação em contexto de pandemia (SANTOS, 2020, p. 45). As determinações tomadas como medidas para prevenir a circulação do vírus - o autocuidado, o distanciamento social e o isolamento comunitário - impactaram sobremaneira a educação presencial.

Com o propósito de compreender as circunstâncias das novas condições do trabalho docente em tempos de pandemia do novo coronavírus, foi realizada a pesquisa *O trabalho docente em tempos de pandemia*. Ressalta-se, de antemão, que o questionário do formulário virtual da pesquisa contemplou perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, o que exigiu esforço na compilação e análise dos dados, tendo em vista, nesta etapa do estudo e da pesquisa,

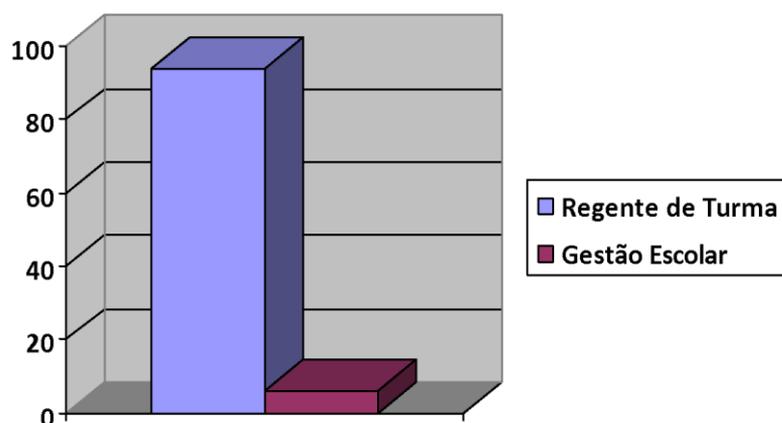
a preferência pelo materialismo histórico-dialético – método de conhecimento da realidade concreta sistematizado por Karl Marx e Friedrich Engels (2011).

Portanto, esse é o teor do trabalho que se apresenta a seguir dividido em três seções: sendo a primeira, dedicada à caracterização geral dos sujeitos da pesquisa considerando aspectos da ocupação principal (regência de turma ou gestão escolar), da rotina docente e condições de trabalho em tempos de pandemia; na segunda, deu-se ênfase aos registros digitados no formulário virtual da pesquisa condizentes aos impactos da pandemia pelo novo coronavírus no trabalho, e, sobretudo, na vida. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

Caracterização dos(as) participantes da pesquisa e do trabalho docente realizado em meio à pandemia de Covid-19

Participaram da pesquisa *O trabalho docente em tempos de pandemia* trezentos e vinte e três (323) docentes e gestores de escolas localizadas em Fortaleza e na região metropolitana, em cidades do Cariri cearense, do Litoral Leste, de municípios do Vale do Jaguaribe e do Sertão dos Inhamuns. A grande maioria, representada por 303 ou (94%), dos participantes são regentes de turma; os demais, algo em torno de 20 ou (6%), são diretores(as) ou fazem parte da coordenação pedagógica das escolas em que trabalham. O formulário virtual foi elaborado pelos pesquisadores e disponibilizado para participação a partir de agosto 2020. A divulgação da Pesquisa foi feita nas redes sociais, em especial nos grupos de *WhatsApp* de professores(as) de escolas públicas e privadas, das redes municipal e estadual de educação (Figura 1).

Figura 1 – Ocupação principal dos(as) participantes da pesquisa

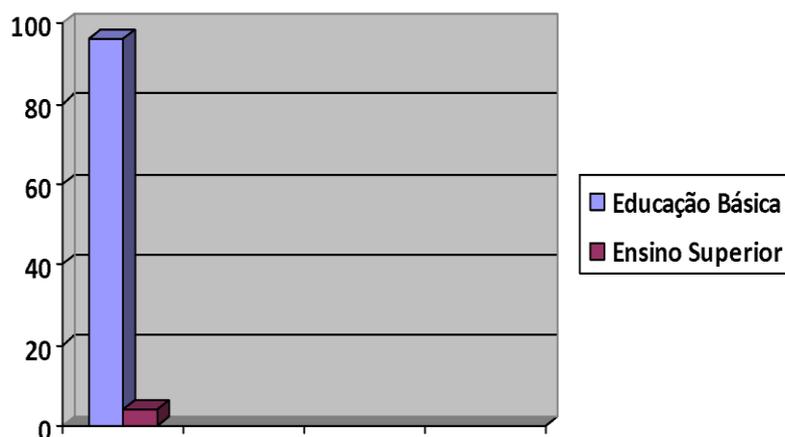


Fonte: Elaboração própria (2020).

Dentre os 323 que participaram da pesquisa, 82 docentes, ou seja (25%), trabalhavam somente em escolas particulares e faculdades da iniciativa privada; os demais, 241 (75%)

estavam vinculados às escolas dos sistemas públicos de ensino, municipais e/ou estaduais, como professores efetivos (concurados) ou temporários. Ressalta-se que a experiência na docência variou entre um e quarenta anos. Considerando a vinculação aos níveis da Educação Nacional percebeu-se que (96%) dos professores lecionam na educação básica e (4%) na educação superior, conforme se verifica abaixo (Figura 2).

Figura 2 – Vinculação dos participantes da pesquisa aos níveis de ensino



Fonte: Elaboração própria (2020).

Com o fechamento das escolas públicas e particulares e a suspensão das aulas presenciais, houve a necessidade de dar prosseguimento às aulas e às atividades pedagógicas, além da reorganização do calendário escolar. Com isso, passou-se a exigir desses(as) profissionais a tarefa de ensinar remotamente, demandando assim, um mínimo de conhecimento tecnológico. Destaca-se também que a oferta do ensino remoto se deu a partir da adoção de formatos de educação a distância como solução emergencial para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, conforme apresentada em uma medida provisória do governo federal brasileiro, em uma portaria do Ministério da Educação e no parecer do Conselho Nacional de Educação (Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020; Portaria Ministerial Nº 376, 3 de abril de 2020; Parecer CNE/CP Nº 05, de 28 de abril de 2020, respectivamente).

No Ceará, a pesquisa revelou que, a partir do mês de maio de 2020, nas escolas particulares, e de junho de 2020, nas públicas, o ensino passou a ser realizado remotamente, de forma síncrona ou assíncrona. A primeira se deu com docentes e discentes de uma turma utilizando simultaneamente tecnologias tais como: aulas e plataformas *online*, aulas *online* ao vivo, tutoria ou *chats online*. Já a forma assíncrona, acontece quando professores(as) e estudantes não interagem instantaneamente, é uma aula que ocorre por meio da proposição de exercícios, videoaulas gravadas, videoconferências ou fóruns.

Os(as) professores(as) que participaram da pesquisa revelaram que os meios mais utilizados no que concerne às aulas remotas foram aulas e tarefas por *WhatsApp* (incluindo conversas com cada estudante, e, eventualmente com pais e/ou responsáveis). Além disso, a utilização, principalmente, do *Google Meet* e, raramente, do *Skype*, conforme apareceram no meio digital de recolha de dados, abaixo transcritos simbolicamente por (quest.-) por ordem cronológica de participação na pesquisa:

O núcleo gestor tornou as aulas pelo Google Meet obrigatórias. A diretora enviou [uma] Lei que, supostamente, me obrigaria a participar de reuniões por Google Meet, pelo meu WhatsApp (quest.-120).

Pais de alunos extremamente grosseiros com áudios em grupos de WhatsApp que difamam a imagem como profissional (quest.-250).

Eu criei a “Rádio História” como ferramenta pedagógica e didática no ensino da História com destaque para o contexto social, econômico e político brasileiro na discografia de cantores da música popular cearense, de modo a valorizar a História como disciplina, a música e a cultura dos artistas cearenses (quest.-173).

Bem se verifica que o ensino remoto – ora apresentado como solução em tempos de pandemia – implementado de forma aligeirada, esbarrou em dois grandes obstáculos: a inexperiência prévia no manejo dessas tecnologias por parte do corpo docente e a falta de acesso à *internet* e de aparelhos eletrônicos de grande parcela dos estudantes (SOARES, 2020, p. 08). Ademais, a utilização de todas essas

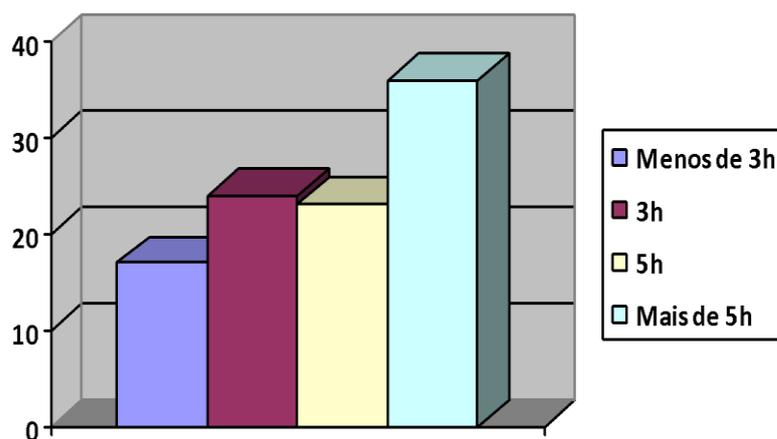
[...] tecnologias de informação e comunicação, de forma imediata e não consensual, se tornou a forma mais eficaz para a implementação, no contexto emergencial educacional, da Educação a Distância (EaD), de um lado (SENHORAS, 2020, p. 129).

Por outro lado, a rápida propagação dessas estratégias, às vezes empregadas acriticamente, resultou na manutenção de centenas de milhares de empregos e trabalhos temporários em todo o país na área educacional (da educação básica à superior) ao custo de provocar impactos dos mais variados, desde aqueles condizentes ao provimento dos meios de sobrevivência até a mais particular esfera da subjetividade humana. Portanto, o trabalho docente passou a ser realizado no espaço da vida privada, tornando inexistente a separação entre local de trabalho e de moradia; a intensificação e o aumento da jornada de trabalho; a transformação das rotinas de trabalho; o compartilhamento de dados pessoais, dentre outros.

A propósito, de acordo com 99% dos(as) inquiridos(as), houve mudança na rotina de trabalho, destacando-se, sobretudo, a carga horária diária que sofreu significativas mudanças, quantitativas e qualitativas. Foi identificado que, para (17%) dos(as) docentes o trabalho aumentou, porém, o aumento foi inferior a três horas; já uma

quantidade de (24%) dos participantes passou a trabalhar três horas a mais, dia após dia; enquanto (23%) afirmaram que trabalham cinco horas a mais do que trabalhavam na forma presencial; e, finalmente (36%) dos(as) trabalhadores(as) informaram que trabalham mais de 5 horas por dia, além do que já trabalhavam, perfazendo 6 ou 7 horas da jornada normal de trabalho (Figura 3).

Figura 3 – Rotina alterada com a ampliação da jornada de trabalho diário dos professores



Fonte: Elaboração própria (2020).

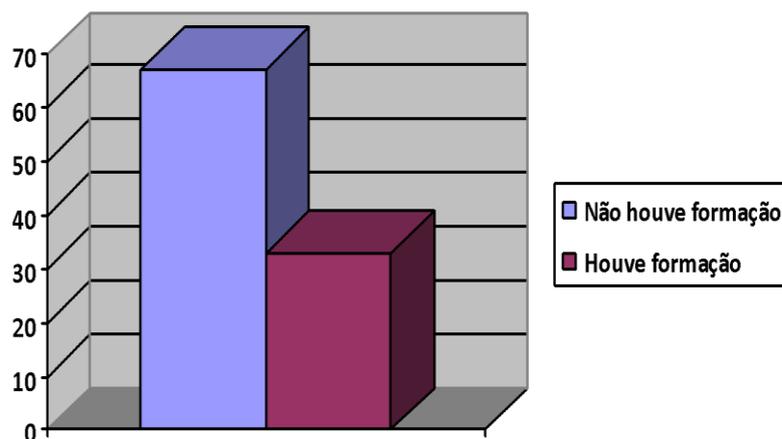
A necessidade de isolamento social e o fechamento de unidades escolares (creches, escolas, colégios), das faculdades e universidades em vistas da pandemia, alterou o modo e a forma do trabalho docente, acentuando sua precarização. Neste sentido, é importante destacar que o trabalho docente não se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino formal, compreende, também, a atenção e o cuidado, além de outras atividades inerentes à educação (SENHORAS, 2020; BERG e VESTENA et al., 2020).

Assim, “[...] de forma genérica, é possível definir o trabalho docente como todo ato de realização no processo educativo” (OLIVEIRA, 2020, p. 01), que, no caso específico dos sujeitos da pesquisa, exige, ainda, esforço no sentido de abrir espaço em sua própria casa para desenvolver aulas *online*, utilizar recursos próprios (*internet*, computador, celular), enfim, todos os recursos necessários para produzir as aulas e desdobrar-se em relação às metodologias, práticas didáticas e pedagógicas para realizar atividades que despertem a atenção dos estudantes de forma remota. Nesta perspectiva, salienta-se que quase metade dos professores(as) não tem espaço apropriado e disponibilidade de equipamentos para o trabalho docente de forma remota.

Docentes e discentes se deparam com a falta do serviço de *internet*, na maioria das vezes, ou seja, indisponível, insuficiente, incerto e inseguro, conforme se levantou na pesquisa. A

maior parte dos(as) participantes da pesquisa representada por aproximadamente (67%) dos professores(as) não receberam treinamento para realização das aulas remotas. Além do aumento na demanda de trabalho, os docentes se viram diante de uma realidade para a qual estavam despreparados. Soares (2020) e Silva (2020) consideram estes elementos como consequências da implementação aligeirada da EAD, num modelo neoliberal para educação e da precarização do trabalho. (Figura 4).

Figura 4 – Incorporação do trabalho remoto quanto à formação para professores



Fonte: Elaboração própria (2020).

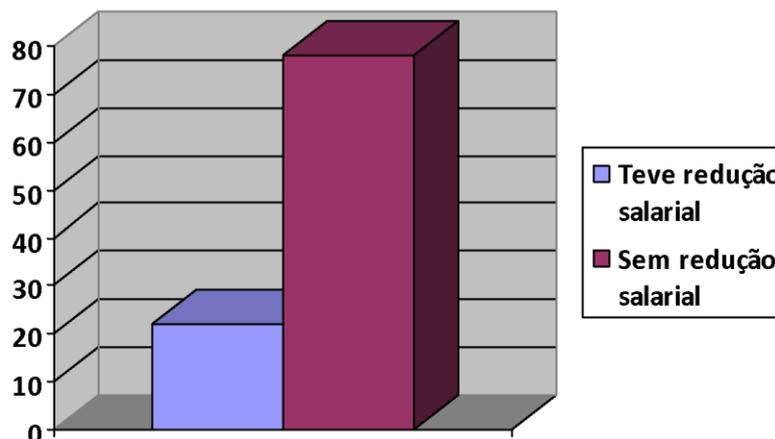
A figura nº 4 deixa evidente que a grande maioria dos(as) professores(as) não recebeu nenhuma formação pedagógica para desenvolver o trabalho de forma remota. Este aspecto docente é preocupante, pois estão desenvolvendo aulas de acordo com o que imaginam e têm condições de realizar, sem técnica ou instrumentalização. Alguns, tiveram salários reduzidos em dissonância com o que determina a Medida Provisória Nº 934, de 01/04/2020 do governo federal. Em um dos questionários, foi feito um registro a este respeito:

Muita cobrança em relação a documentar todo o processo de aulas remotas, nos planejamentos e relatórios, seguindo formatações rigorosas, tendo que ter habilidades tecnológicas de uma hora para outra, sem oferecer nenhum suporte e acolhimento, é assim, se vira, se não ficará sem pagamento. Salário atrasado, passando do quinto dia útil previsto em lei. Vivo uma solidão pedagógica total! (quest.-259).

Essas circunstâncias, considerando a redução salarial, o prolongamento da jornada de trabalho, a falta de apoio e de condições oferecidas aos docentes diante do ensino remoto, além de não se mostrarem compensadoras e estarem em desacordo com o nível de responsabilidade e exigência da função, têm posto os(as) profissionais da educação em situações de extremo estresse, esgotamento físico e falta de motivação, tornando-os(as),

além disto, mais subordinados ao trabalho com o ensino remoto, tendo em conta a ameaça de desemprego (Figura 5).

Figura 5 – Condição do trabalho remoto quanto à percepção de rendimento salarial



Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com a figura nº 5, (22%) ou 71 professores(as) - provavelmente aqueles vinculados às escolas particulares - sofreram redução salarial. Os demais, grande maioria (78%), isto é, 252 docentes não tiveram salários reduzidos. Salienta-se neste prisma que nos municípios cearenses, conforme pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa sobre Política, Gestão Educacional e Formação de Professores (GEPGE/FACED-UFC), a ampla maioria dos professores é contratada temporariamente. É possível que estejam enfrentando dificuldades de ordem financeira, sob coação e/ou submetidos à contínua vigilância e controle das secretarias municipal e estadual de educação, das direções das escolas, ou prestando esclarecimentos continuamente aos pais e/ou responsáveis (SOARES, 2020, p. 09).

O que se poderia esperar em meio à uma pandemia, é que os(as) docentes recebessem apoio institucional das escolas que trabalham no que concerne às mudanças necessárias em relação ao planejamento e à realização das aulas remotas em substituição às presenciais. Contraditoriamente, (52%) dos(as) respondentes afirmaram que não receberam nenhum tipo de apoio, tampouco orientação pedagógica; foram meramente informados dos horários das aulas virtuais. Os demais (47%), fizeram menção aos rápidos treinamentos para facilitar o uso de plataformas *online* em função da necessidade de inserção de registros gerais, especialmente: conteúdos, material de apoio didático, frequência, resultados de avaliações; utilização de tecnologias e de planilhas *online* de checagem das atividades feitas pelos estudantes; uso do *Zoom*, *Google Meet* e *Google*

Classroom e cursos de utilização de ferramentas digitais (SEDUC-CE). Para Silva (2020), estes treinamentos aligeirados foram incipientes. Fato é que,

[...] se não houver um apoio dos sistemas de educação e da gestão institucional, um olhar mais atento para a formação continuada e a promoção de um espaço propício de promoção para o desenvolvimento profissional docente, acabará por sobrecarregar, ainda mais, os professores (SANTOS et al., 2020, p. 112).

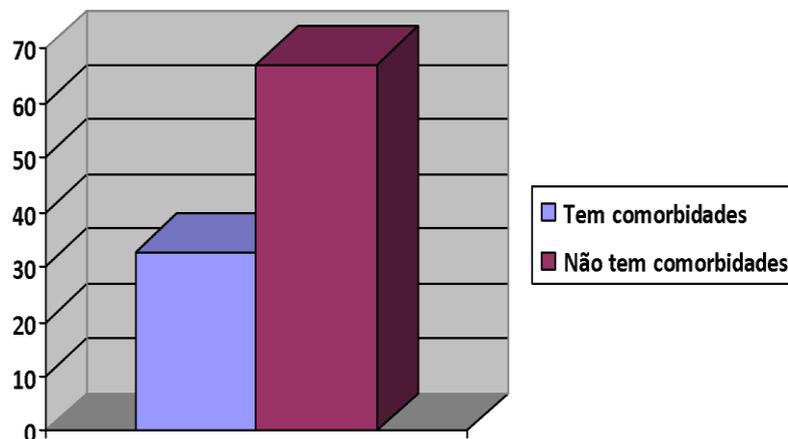
Na questão que perguntava sobre as principais mudanças no dia a dia do ofício de professor(a), destacaram-se algumas respostas:

Maior tempo para dar explicações, preciso estar disponível 24h (quest.-33).
A gravação das aulas [é feita] sem muito tempo para preparação! Tem a necessidade de se reinventar todo o tempo e de tornar as aulas dinâmicas e interessantes (quest.-50).
Tudo mudou: planos de aula, metodologias, formato das aulas. Aumentou a cobrança do registro de atividades na plataforma da escola (quest.-51).
Todo instante tem mãe reclamando porque não tinha como o filho assistir aula, por não ter celular e nem quem o acompanhasse nas aulas remotas (quest.-70).
No início da pandemia a cobrança insistente era para elaborar as aulas. Precisei aprender quase tudo. Tive um problema com as tecnologias no início do isolamento social, e um coordenador soltou a seguinte frase: – “Te vira”. Fora as mensagens e ligações fora do horário de trabalho (quest.-117).
É pressão toda hora para dar assistência aos alunos em horários extra (quest.- 132).
Toda hora, todo instante, os pais e os alunos almejando informações, além do horário oportuno de trabalho. Às vezes, as mães querem atenção exclusiva e ficam questionando as metodologias de ensino sem saber do que estão falando (quest.-181).
Preciso passar muitos exercícios. São novos, os meios de avaliação (quest.-241).
Pais de alunos almejando informações além do horário de trabalho, tipo à noite e até de madrugada (quest.-245).
Os pais acham que eu, professora, estou sem fazer nada em casa, a secretaria quer eu vá atrás de famílias que não estão indo buscar atividades. A família é que tem que se responsabilizar por seus filhos (quest.-314).

Está em curso, conforme salientado, um processo de dupla espoliação do(a) profissional da educação que, ao trabalhar em casa, tensionado a passar mais horas produzindo, sobrecarregado em suas funções ocupacionais e domésticas. Além disso, também está isolado(a), sem tempo livre e se torna responsável pelo capital constante, isto é, pelo provimento das condições ou meios de trabalho: energia elétrica, despesas com equipamentos tecnológicos (aquisição ou manutenção) e contratação de serviços de *internet* banda larga para as aulas *online*, dentre outras especificidades, assumidas, agora pelo docente, individualmente.

Acerca da condição de saúde dos(as) docentes e gestores escolares, obteve-se o seguinte resultado: 105 pessoas ou (32,5%) responderam que possuem comorbidades, 218 ou (67,5%) declararam não sofrer de doença crônica ou grave, conforme mostra a figura abaixo (Figura 6).

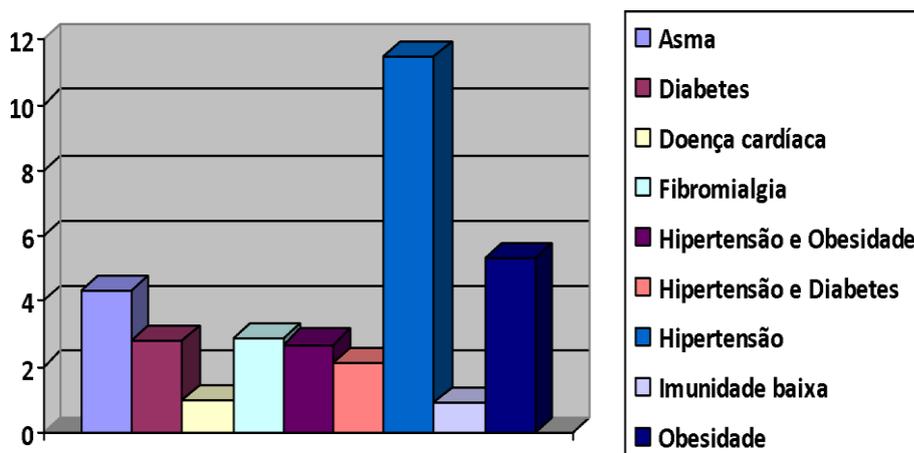
Figura 6 – Condição de saúde dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2020).

Ao descrever as comorbidades, (4,8%) têm doenças cardiovasculares coexistindo com diabetes e/ou obesidade, tornando-os(as) mais susceptíveis à evolução para a fase hiperinflamatória da Covid. Os(as) demais, algo em torno de (27,7%) admitiram sofrer de sintomas de asma, diabetes, hipertensão, fibromialgia e sinais de baixa imunidade (Figuras 7).

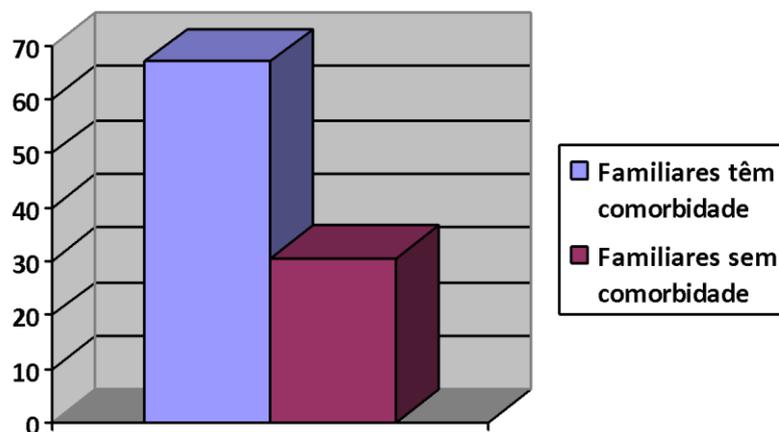
Figura 7 – Presença de comorbidades entre os(as) docentes da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2020).

Dos(as) 323 docentes que participaram da pesquisa - a maior parte deles(as) - (67%) ou 216 professores(as) residem com familiares que têm algum tipo de comorbidade, conforme se verifica abaixo (Figura 8).

Figura 8 – Situação dos familiares dos(as) docentes quanto a pré-existência de comorbidades



Fonte: Elaboração própria (2020).

Do exposto até então, ficou evidenciado que o(a) profissional que tem na sala de aula seu principal ofício, enfrentou, uma a uma, as modificações derivantes da forma virtual de ensino. Assim, ao invés da interação interpessoal, ganhou absoluta proeminência o contato via *whatsapp*, *podcast* ou videoaulas *online* ou gravadas mediante uso de computadores ou celulares conectados à *internet*, via banda larga com fibra ótica, 3G ou 4G em *smartphones* em geral.

Nesse sentido, conforme foi explicitado, o trabalho docente foi acrescido - por um lado - de despesas com equipamentos de informática e pacotes de *internet* e/ou planos com operadoras de telefonia celular. Em contrapartida, o tempo dispendido com o estudo do conteúdo a ser lecionado, a pesquisa de materiais de apoio didático, o planejamento e a elaboração das aulas e de exercícios para os(as) estudantes quase que duplicou nos últimos meses. Por enquanto, na seção seguinte, será atribuída entonação às percepções, porém de ordem mais qualitativa, levantando opiniões e relatos, significados e sentidos da ação docente em meio à Covid.

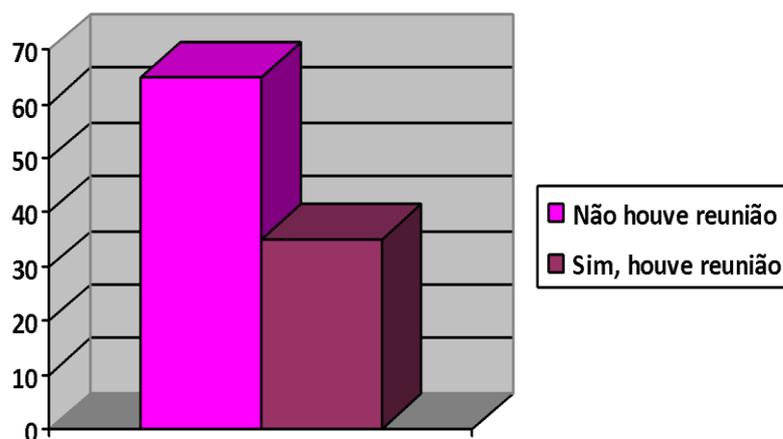
Impactos da pandemia na vida e no trabalho docente

Com a finalidade de compreender a nova dinâmica de trabalho dos(as) professores(as) e as incertezas e contradições próprias da prática social de educar em tempos pandêmicos, foram feitas perguntas mais específicas quanto aos processos decisórios no que concerne ao retorno presencial às escolas. Destas, destacam-se as três seguintes: Houve reunião com

professores(as) para a discussão do retorno às aulas presenciais? Você considera que o corpo docente foi consultado na tomada de decisão sobre a retomada das aulas presenciais? Você concorda com o retorno do ensino presencial?

Dos 323 pesquisados(as), 210 docentes ou (65%) responderam que a escola não realizou nenhuma reunião para discussão da retomada das aulas presenciais, segundo mostra o gráfico (Figura 9).

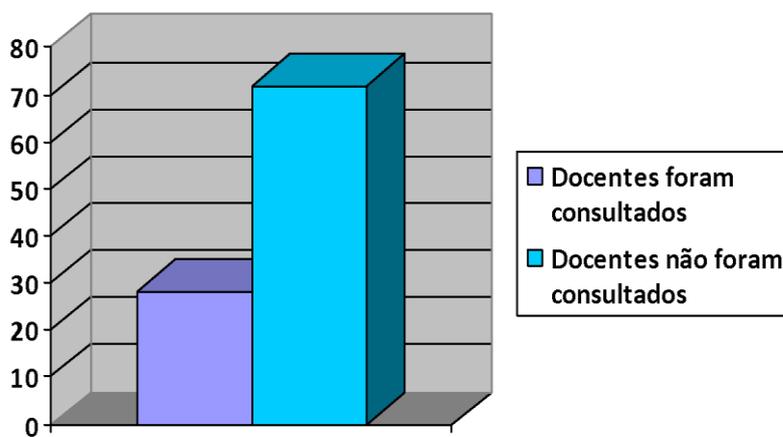
Figura 9 – Realização de reuniões sobre retorno do ensino presencial



Fonte: Elaboração própria (2020).

Para 232 professores(as) inquiridos(as), cerca de (72%), não foi feita consulta a fim de levantar opiniões referentes ao retorno presencial (Figuras 10).

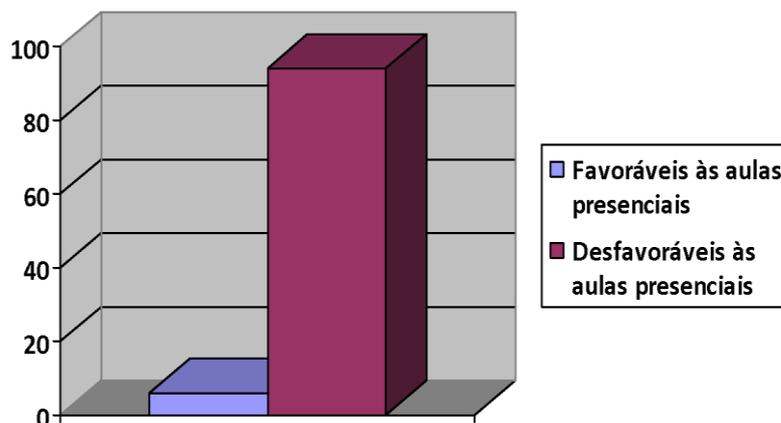
Figura 10 – Realização de consultas aos docentes sobre o retorno do ensino presencial



Fonte: Elaboração própria (2020).

E, finalmente, quando considerada a proposta de retorno às aulas presenciais, 303 pessoas ou (94%), isto é, praticamente a ampla maioria, se manifestou contrária ao retorno do ensino presencial em meio à pandemia (Figura 11).

Figura 11 – Posicionamento docente quanto ao retorno do ensino presencial



Fonte: Elaboração própria (2020).

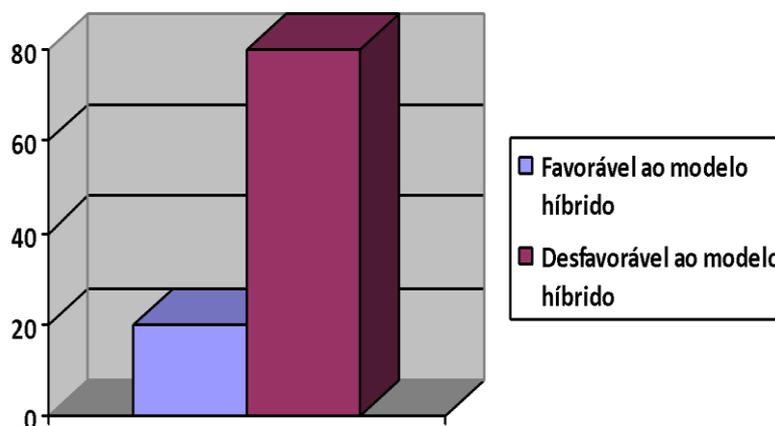
Em face do exposto, é possível verificar que apesar das escolas terem permanecido fechadas por decisão dos decretos estaduais, o debate em torno da proposição de retorno às aulas presenciais não pareceu estar ocorrendo de forma democrática e coletiva. Com isso, a gestão democrática está longe de se tornar efetiva na realidade das escolas em que os(as) professores consultados(as) trabalham, mesmo estando prevista na legislação educacional conforme LDB N° 9.394/1996 e na Lei Federal N° 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e, também nos termos da Constituição (Art. 206, inc. VI). Em síntese, o princípio da gestão democrática implica a participação colegiada como meio de superação de práticas sociais embasadas na exclusão, na discriminação e na centralização dos processos decisórios, por sua vez, inviabilizadores da construção histórico-social dos sujeitos.

Quanto à adoção do ensino híbrido (ou *blended learning*), os(as) professores(as) posicionaram-se majoritariamente contrários: dos 323 participantes da pesquisa, 258 ou (80%) consideraram que unir aulas remotas e presenciais acarretará consequências, destacando-se, principalmente, a intensificação da exploração do trabalho docente e que a precária infraestrutura escolar (predial e sanitária) tornará docentes e discentes vulneráveis à Covid. É inquestionável que o ensino remoto na pandemia representou grandes desafios para professores(as) e alunos(as) (ALVES e FARIA, 2020).

Entretanto, 65 profissionais da educação ou (20%) veem o modelo híbrido com “bons olhos” porque proporcionará o maior engajamento dos alunos no aprendizado, ampliando o

potencial da ação educativa; otimizará o tempo do professor que será mais bem aproveitado; e, dinamizará o tempo pedagógico, pois combinará aulas remotas e presenciais. Para alguns autores, a permanência do modelo híbrido de ensino é cada vez mais defendida para o pós-pandemia em função da diminuição de gastos e da maior lucratividade; da expansão do ensino; do aumento do controle e da vigilância docente; e, da crescente individualização do processo educativo (OLIVEIRA, 2020; PASINI et al, 2020; SOARES, 2020) (Figura 12).

Figura 12 – Posicionamento docente quanto à adoção do modelo híbrido



Fonte: Elaboração própria (2020).

No questionário da pesquisa, a pergunta “Sofreu alguma forma de assédio moral?”, requereu dos(as) professores(as) que fizessem o registro escrito diante dos assédios sofridos, se assim o desejassem. Deste modo, foi possível reunir e sistematizar as situações humilhantes e vexatórias registradas no formulário, conforme se perceberá a seguir:

Sofri constrangimentos nos grupos de WhatsApp das turmas (quest.-16).
 Sofri tratamento impositivo e autoritário que prefiro não falar (quest.-59).
 Os questionamentos em relação ao aumento da carga de trabalho, ocasionam ameaças de demissão (quest.-83).
 Recebemos mensagens sutis que sugerem a adesão ao movimento pelo retorno (quest.-103).
 Como sou do grupo de risco tive que ir à escola duas vezes e como não gostei, o Diretor não ficou satisfeito e passou a me assediar moralmente me ignorando em tudo, reuniões, redes sociais. Deixou de falar, de olhar o grupo do WhatsApp da gestão, que era onde prestava contas do meu trabalho e tirava as dúvidas e sempre que era para eu fazer alguma coisa mandava recado pela coordenadora ou pela Secretária. Quando [eu] ouvia algum áudio dele ficava toda me tremendo. Passei uns três dias depressiva, deitada e chorando direto. Ele fez uma reunião comigo dizendo que ia me tirar. Na reunião me ameaçou explicitamente dizendo que eu teria que ficar calada para não perder minha gratificação do mês de julho e para eu não ser “queimada” na SEDUC. Infelizmente, denunciar ou processar pessoas como essa em nosso meio de

trabalho é muito complicado, pois mesmo sendo vítima posso acabar me prejudicando, infelizmente, mas a vontade é grande (quest.-143).

Sou vítima de decisões arbitrárias com ameaça da direção da escola em lançar falta e construir um dossiê em parceria com lideranças de alunos contra o professor (quest.-193).

As reuniões ocorrem em fins de semana. Nas aulas, há muita chamada de atenção na frente dos alunos, e, o apressamento para concluir e entregar o “novo planejamento” (quest.-204).

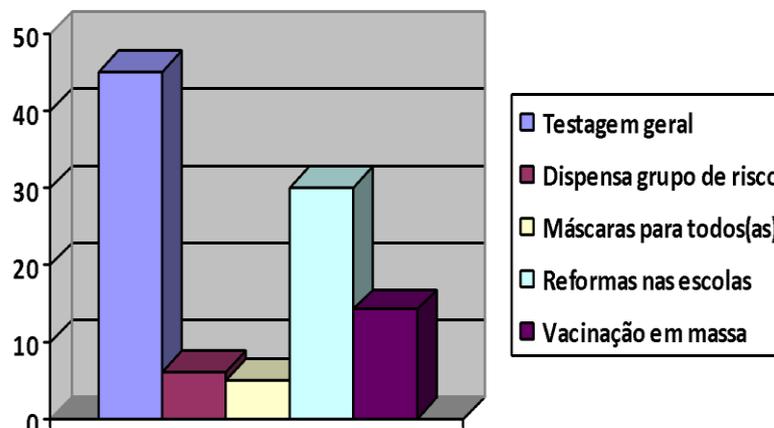
Fui obrigado a ir muitas vezes à escola em período de contingenciamento determinado pelo Estado (quest.-299).

Recebi ordem para não falar em minhas aulas, conteúdos que tenham relação com movimentos sociais e políticos (quest.-304).

Pessoalmente, não sou assediado. Mas percebo que os “chefes” acham a pandemia algo não tão grave. Um deles, de grupo de risco, chegou a dizer que, se ele estava indo para a instituição por que os outros não podem ir também? Muitos que usam máscaras as tiram com frequência (quest.-318).

Para Soares (2020, p. 09) a educação à distância expressa um processo de flexibilização para dominação. Neste contexto geral de políticas neoliberais aplicadas à educação, o(a) professor(a) “[...] está coagido, encontra-se submetido à constante vigilância e controle das secretarias de educação, das direções das escolas e dos pais [...]”. Para esta autora, professores(as) nestas condições perdem a autonomia de ensinar. De acordo com Martins e Almeida o ensino remoto foi rapidamente implementado “[...] para atender demandas como ENEM e PISA, a justificativa do pagamento de mensalidade nas instituições particulares e o cumprimento de carga horária anual de ensino” (2020, p. 220). É possível afirmar, portanto, com base na pesquisa e na literatura, que a pressão por resultados que os(as) docentes vêm sofrendo nos últimos anos, acentuou-se durante a pandemia (MARTINS, 2020).

Quando indagados(as) sobre a pergunta “Que condições considera importantes para viabilizar o ensino híbrido?”, ou dito de outra forma: o que propõem como ações que antecedem o retorno às aulas presenciais: (45%) se manifestou favorável tão-somente após o poder público fazer a testagem (RT-PCR) de todos(as) os(as) professores(as), estudantes e demais profissionais da educação; (30%) condicionaram o retorno à realização de reformas nas escolas; (14%) relacionaram o retorno presencial após vacinação em massa da população; (6%) marcaram a opção referente à dispensa daqueles(as) do grupo de risco e/ou que convivem com familiares que têm comorbidades ou 60 anos (ou mais) de idade; (5%) se posicionaram mediante fornecimento gratuito de máscaras faciais, álcool gel e álcool a 70%, além de sabonete líquido e toalhas de papel em todos os sanitários. Ressalte-se que, para Soares, reabrir totalmente as escolas e retornar às salas de aulas “[...] significaria simbolicamente um retorno à normalidade [...]” (2020, p. 11). (Figura 13).

Figura 13 – Condições levantadas pelos(as) docentes para o retorno presencial às escolas

Fonte: Elaboração própria (2020).

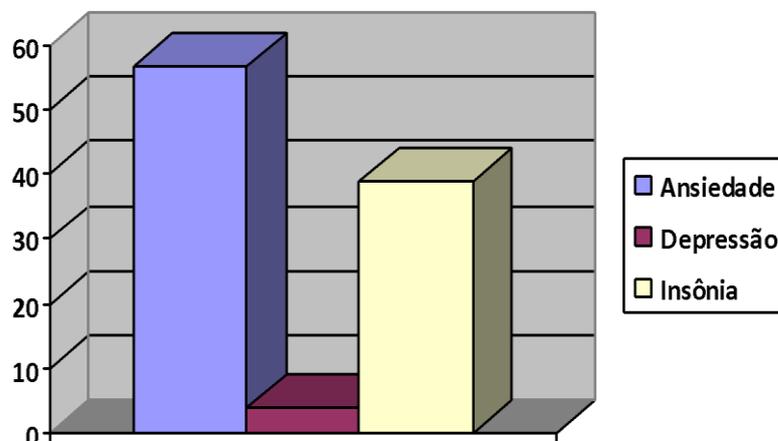
Junto às condicionantes internas e externas à escola, apontadas acima, alguns docentes registraram empecilhos para a volta das aulas presenciais, expressando certo descrédito, conforme indicam as anotações feitas no questionário virtual da pesquisa:

As verbas de um ano só chegam à escola no ano seguinte, como é que irão garantir testagem suficiente para todas as escolas, se o normal é faltar até água e papel higiênico nos banheiros? (quest.-321).

A grande maioria das nossas escolas públicas não têm estrutura para lidar com um vírus de tão alto contágio como esse, da Covid-19 (quest.-326).

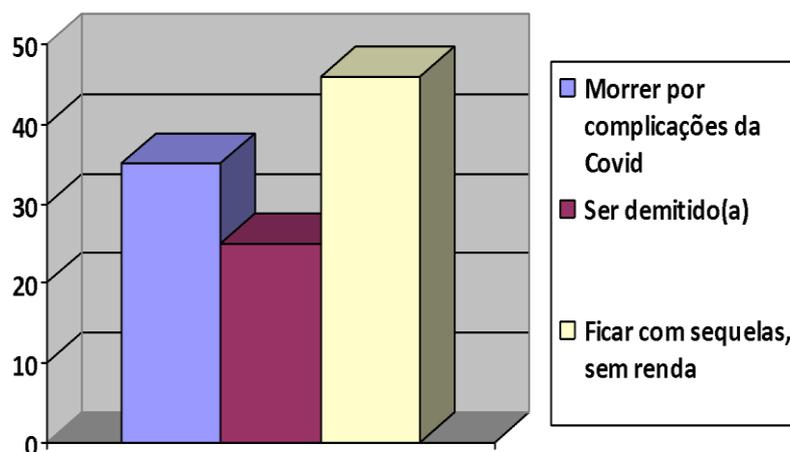
Quando tem um surto de gripe em uma sala, todos adoecem. Não é possível controlar o contágio de uma gripe comum, uma gripezinha, o que se dirá de uma doença altamente contagiosa? (quest.-330).

Uma vez que o formulário virtual era anônimo, perguntou-se ao professor(a), diretor(a) ou coordenador(a) pedagógico: “Sofre (atualmente) com algum dos problemas de saúde a seguir?”. Obtivemos as respostas, assim compiladas: (57%) sofrem de ansiedade; (4%) têm depressão; (39%) têm insônia frequentemente. Como esclarece Da Silva [et al.] “[...] pesquisas internacionais já revelam o adoecimento docente expresso pelas incertezas, estresses, ansiedade e depressão, levando à síndrome do esgotamento profissional” (2020, p. 03). Também Araújo e Pinto (2020) corroboram com a mesma percepção de um adoecimento do profissional da educação (Figura 14).

Figura 14 – Principais queixas dos(as) docentes relacionadas à saúde

Fonte: Elaboração própria (2020).

Na última pergunta do formulário virtual, foi indagado: “Qual sua reação frente ao novo coronavírus?”. Inquestionavelmente, três respostas se sobressaíram: “Medo de morrer e perder as pessoas que ama”; “Medo de perder os meios de subsistência, não poder trabalhar durante o isolamento, ser demitido” e, finalmente, “Medo de adoecer e ficar com sequelas sem receber suporte financeiro”. Somando-se componentes e situações destacadas até então: professores(as) sabem que não lhes resta opção senão obedecer, diante da iminência do desemprego (Figura 15). Para Gramsci, “tornar a vida impossível” é uma forma de matar (GRAMSCI, 2015, p. 98).

Figura 15 – Principais queixas dos(as) docentes relacionadas ao contágio por Covid-19

Fonte: Elaboração própria (2020).

As percepções dos 323 profissionais da educação – sendo que destes, a maioria de 241 professores(as) são de escolas públicas (municipais ou estaduais) e 82 são ligados à iniciativa privada – revelaram a conjuntura em que ocorreu o trabalho docente no decorrer dos últimos meses.

A pesquisa intitulada *O trabalho docente em tempos de pandemia* suscitou o conhecimento de valiosas e singulares informações, como também – ao revelar os impactos da nova (re)configuração do ofício docente – trouxe à tona as condições em que vivem e trabalham esses sujeitos históricos, homens e mulheres, professores e professoras. Para além disso, mostrou que os problemas pessoais do ambiente em que vivem e as questões públicas da estrutura social estão intimamente ligados, sobretudo, porque os trabalhadores docentes fazem parte de um contexto de vida que é histórico-social e contemporâneo à própria história, ou seja, expostos às rápidas e processuais transformações em curso. No entanto, raros são os homens que têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e a direção da história mundial, nacional, regional e local (WRIGHT MILLS, 1982). Implicando dizer que é inaceitável responsabilizá-los(as) pelos resultados da aprendizagem no contexto da pandemia.

Conclusões

Muito antes da chegada da pandemia de Covid-19, vivia-se desdobramentos provocados pela grave crise do Capitalismo. No Brasil e no mundo, a pandemia aparece em meio à recessão econômica, ao acirramento da luta de classes, ao desemprego, à destruição ambiental, ao negacionismo científico “[...]” e a uma divisão social organizada pela gramática paranoica da produção de inimigos, da autopurificação e do higienismo anticorrupção “[...]” (ŽIŽEK, 2020, p. 08). Convém lembrar que estes problemas não estão de passagem, ou seja, a crise atual é “orgânica”: porque afeta a vida cotidiana como um todo, das instituições republicanas às organizações políticas, abrangendo, portanto, toda a estrutura econômica, social e cultural (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2016).

É inegável que o contexto atual favorece o férreo controle e a significativa submissão docente, além de intensa exploração do seu trabalho. O impacto da Covid-19 na vida de todos(as) esses(as) profissionais da educação é muito grave porque não afeta unicamente o trabalho docente em si, mas a própria condição humana: está levando à exaustão física, mental e emocional; tensionando continuamente suas relações sociais; tornando inexistente a privacidade e o “tempo livre” que antes era dedicado ao lazer e ao entretenimento; individualizando até o “fundo do poço” suas reivindicações, esvaziando-as de sentido político, afinal, precisam trabalhar de qualquer forma para se manter e prover a subsistência familiar. Tudo isso vem favorecendo a permanente presença de uma

deprimente apatia desta classe trabalhadora durante a pandemia, resultando em obstáculos à consciência social.

Diante da acusação de que “os professores não querem trabalhar” a pesquisa demonstrou que os profissionais da educação passaram a trabalhar mais e a receber menos. Como afirmaram Martins e Almeida (2020, p. 19), “[...] nossos professores que não ficaram imobilizados, continuaram com seus processos de socialização e diferentes iniciativas educacionais foram implantadas”. Conforme afirmam Martins (2020) e França Filho e *et al.* (2020) a pandemia pode ser instrumentalizada em vista da maior precarização e mercantilização da educação com a EAD, de parcerias público-privadas e publicização (ALVES; FARIA, 2020 e SANTOS, 2020).

O enfrentamento coletivo contra os assédios praticados aos docentes – seja na escola pública (estadual e municipal) seja na iniciativa privada – é tão importante para a luta de classes como a luta contra a exploração no mercado e no ambiente de trabalho. Parece perceptível, mas não menos repugnante, que os(as) docentes estão sendo emudecidos porque não podem falar acerca de questões de natureza política e sanitária, o que de fato denota a dificuldade de omissão dos(as) professores(as) de Filosofia, Geografia, História e especialmente de Sociologia, todos e todas são vigiados(as) de maneira agressiva, violenta e cruel.

Ainda mais preocupante é que o período pós-pandemia pode vir a tornar as aulas remotas constantes, por se tratar de um impulso tecnológico favorável à economia uma vez que quem está assumindo as despesas do trabalho docente não é a Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC) ou as secretarias municipais ou os proprietários das escolas particulares, mas, efetivamente, esses custos estão sendo assumidos pelos(as) profissionais da educação, “de carne e osso”.

Compreende-se que, quando oportuno para o capital, abrir-se-ão as portas para a privatização da educação obrigatória por meio da oferta educacional, do currículo e da gestão educacional e escolar. Dito de outra maneira, livros, materiais didáticos, reforço escolar, pacotes *online* de aulas, sistemas avaliativos, formação continuada etc. serão entregues aos conglomerados privados “educacionais”, reforçando o mercado da educação básica como uma alternativa atraente e potencial. Paraphrasing Antunes (2020): O que devemos fazer para sobreviver? Voltar ao trabalho presencial como querem os capitalistas? Permanecer em isolamento até o arrefecimento da pandemia? Não há respostas prontas. O que é posto, de imediato, ao profissional da educação é decidir entre correr o risco de se contaminar ou não ter o mínimo para sobreviver.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio; ŽIŽEK, Slavoj [et al.]. *Sopa de Wuhan*. Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio, ASPO, 2020.
- ALVES, Diego. Bolsonaro ataca professores e diz que eles não querem trabalhar. *Mídia Max*, Brasil, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/brasil/2020/bolsonaro-ataca-professores-e-diz-que-eles-nao-querem-trabalhar>. Acesso em 01 nov. 2020.
- ALVES, Elaine J.; FARIA, Denilda C. de. Educação em tempos de pandemia: lições aprendidas e compartilhadas, *Revista Observatório*, v. 6, n. 2, abr.-jun., 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9475/1748>. Acesso em: 26 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n2a16pt>.
- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Luíz; PINTO, José Marcelino. *Público X privado em tempos e crise*. São Paulo: Fundação Lauro Campos e FINEDUCA, 2017. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/2017/05/28/publico-x-privado-em-tempos-de-olpe/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BERG, Juliana; VESTENA, Carla Luciane Blum [et al.]. Pandemia 2020 e educação, *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, Nº 4: 470-487, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10855>. Acesso em: 30 outubro 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10855>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de setembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.
- CEARÁ. *Decreto Nº 33.510, de 16 de março de 2020*. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. *Diário Oficial [do] Estado do Ceará, Poder Executivo*, Fortaleza, CE, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.
- SILVA, Andrey F. da et al.. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia, *Physis: Revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300216.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Guilherme Mendes dos T. [et al.]. Educação superior: reflexões a partir do advento da pandemia da covid-19, *Boletim de Conjuntura*, Boa Vista, v. 4, Nº 10, 2020. Disponível em: https://revista.ufrb.br/boca/article/view/Santos_et_al/3139. Acesso em: 30 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24979/bolmirr.v11i01.791>.

DUARTE, Adriana. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana. *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. *XI Seminario Internacional de la Red Estrado: Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización*. México, 2015, Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf. Acesso em 13/11/2020.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charles da França; COUTO, Marcos Antônio C. Alguns apontamentos para uma crítica da educação a distância (EaD) na educação brasileira em tempos de pandemia, *Revista Tamoios*, São Gonçalo, n. 1, mai. 2020, pp. 16-31. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50535>. Acesso em: 31 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50535>.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

KUENZER, Acácia Z; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, Nara L. Rocha. *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade*. Campinas: Papirus, 2009.

MARTINS, João Rodrigo V. Educação como locus da luta de classe na pandemia. In: BONA, Sávila [et al.]. *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Brasil: Editora Terra sem Amos, 2020.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempo de pandemia no Brasil: *saberes-fazeres* escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva, *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, Nº 2, p. 215-224, mai./ago., 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>. Acesso em: 30 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: RJ, 1982.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Ministerial N° 376, de 03 de abril de 2020. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-376-de-3-de-abril-de-2020-251289119>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP N° 05/2020, de 28 de abril de 2020. Dispõe sobre Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1º jun. 2020. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3MJ-vdaqsBcJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26view%3Ddownload%26alias%3D14511-pcp005-20%26category_slud%3Dmarco-2020-pdf%26Itemid%3D30192+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 17 mar. 2021.

OLIVEIRA, Eleilde de S. [*et al.*]. A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19, *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, V. 6, N° 7, p. 52860-52867, jul. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acesso em: 30 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-799>.

PASINI, Carlos G. D.; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen C. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. *Observatório Socioeconômico da Covi-19*. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei N° 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2014 – Edição extra. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. Educação escolar no contexto de pandemia: algumas reflexões, *Gestão & Tecnologia*, Faculdade Delta, v. 1, ed. 30, jan./jun., 2020. Disponível em: <http://faculdedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/52>. Acesso em: 30 out. 2020.

SEMERARO, Giovanni. “Crise orgânica” e luta de classes em Gramsci. 2016. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/educacao-1/crise-organica-e-luta-de-classes-em-gramsci/>. Acesso em: 06 out. 2020.

SENHORAS, Elói M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos, *Boletim de Conjuntura*, Boa Vista, V. 2, N° 5, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao/2945>. Acesso em: 30 agosto 2020.

SHIROMA, Eneida Oto, EVANGELISTA Olinda. *Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada*. Revista Contemporânea de Educação, vol.10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

SILVA, Ellery Henrique B. da; SILVA NETO, Jerônimo G.; SANTOS, Marilde Chaves dos. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social, *Revista Latino-americana de Estudos Científicos*, Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695>. Acesso em: 30 out. 2020.

SOARES, Sávvia Bona V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: BONA, Sávvia [et al.]. *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Brasil: Editora Terra sem Amos, 2020.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia: COVID-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.